

Bolsa fecha em baixa prejudicada por Vale e siderúrgicas; dólar cai seguindo tendência global

A Bolsa fechou em baixa na segunda-feira (24), prejudicada principalmente pelas ações da Vale e das siderúrgicas. As empresas reagiram à queda do minério de ferro, e ao noticiário sobre os temores de uma nova onda de Covid-19 no país asiático. No câmbio, o dólar seguiu, em relação ao real, a tendência de desvalorização vista em todo o mundo.

O Ibovespa encerrou o dia em baixa de 0,40%, a 103.946 pontos. O dólar comercial à vista fechou com queda de 0,37%, a R\$ 5,040.

Nos mercados futuros, os juros também apresentaram queda. Nos contratos para janeiro de 2025, as taxas recuaram de 11,97% do fechamento da última quinta-feira (20) para 11,87%. No vencimento

em janeiro de 2027, os juros passaram de 11,94% para 11,83%. Em janeiro de 2029, a taxa recuou de 12,32% para 12,23%.

Segundo informações da agência Bloomberg, o fim de semana na China foi marcado pelo aumento dos receios por uma nova onda de casos de Covid-19 no país.

Segundo os relatos, a palavra "Covid" foi uma das que mais apareceram em pesquisas na plataforma Weibo, uma das redes sociais mais populares da China. O assunto "segunda onda de Covid" teve mais de 95 milhões de buscas somente na segunda-feira.

Tudo isto porque o Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China mencionou, no fim da semana passada, uma nova sub-va-

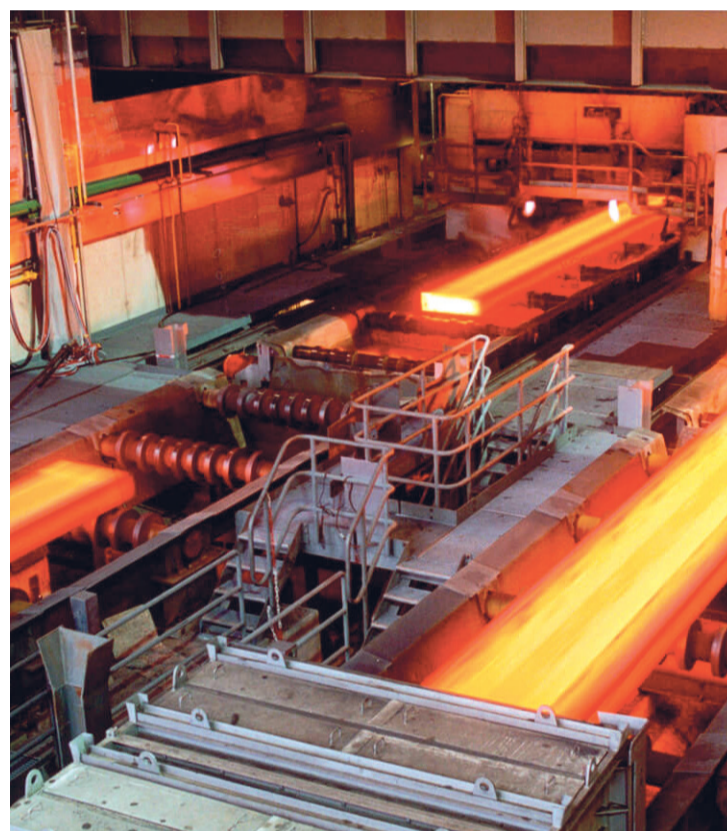
riante do vírus.

Zhang Wenhong, um dos maiores especialistas chineses sobre Covid-19, disse que os grupos mais vulneráveis deveriam receber uma dose de reforço da vacina contra a doença, e que a população deve começar a estocar medicamentos como forma de se preparar para novas variantes.

Além disso, o minério de ferro tem caindo nos últimos dias, saindo do patamar de US\$ 120 a tonelada e se aproximando dos US\$ 115 nos mercados chineses. No final de março, a tonelada estava em US\$ 127.

As ações ordinárias da Vale fecharam com baixa de 3,73%. Outras ações do setor também recuaram. Destaque para a ordinária da CSN Mineração, com queda de 5,15%.

Renato Machado/Folhapress



Economia



Mercado aumenta projeção para crescimento da economia em 2023

Página - 03

CMN simplifica sistema de pagamentos em moedas locais do Mercosul

Página - 03



Concessionárias de aeroportos querem renegociar R\$ 5 bi com governo

Página - 08

Motos elétricas: empresa constrói fábrica em Manaus e prevê faturamento de R\$ 69 milhões

Página - 08



Política

Haddad minimiza críticas sobre falta de punição por descumprimento de metas do marco fiscal

Página - 04

Países iniciam retirada de cidadãos do Sudão

Página - 02

No Mundo

Diplomata da China contesta soberania de países da ex-URSS e gera mal-estar na Europa



Cada vez mais cobrada por uma condenação mais efusiva da atuação da Rússia na Guerra da Ucrânia, a China voltou a causar mal-estar na Europa na sexta-feira (21). O motivo foi uma declaração de um diplomata chinês em que ele punha em xeque a soberania das ex-nações da União Soviética categoria a que pertence o país liderado por Volodimir Zelenski, independente desde a dissolução do bloco em 1991.

O diplomata em questão era Lu Shaye, embaixador do país asiático na França, e sua fala se deu em uma entrevista

ao canal de notícias LCI. Na ocasião, Lu afirmou que a Ucrânia e outros países da região “não têm um status efetivo sob o direito internacional, porque não há um acordo internacional que confirme seus status como nações soberanas”. Questionado se a Crimeia era parte da Ucrânia a pergunta original da emissora, Lu ainda respondeu que “depende de como se observa o problema”. “Há uma história. A Crimeia era russa a princípio”, declarou.

De fato, a península pertenceu à Rússia por séculos até ser cedida à então Ucrânia soviética em 1954, num agra-

do do líder Nikita Krushchov à terra onde fizera carreira. Composta basicamente de russos étnicos, ela foi anexada pelo governo de Vladimir Putin sem um tiro em 2014, na esteira da guerra civil que se seguiu à derrubada de um governo pró-Moscou em Kiev.

Embora a ONU não tenha reconhecido a anexação, na comunidade internacional ela era tratada como fato consumado ao menos, isto é, até a Guerra da Ucrânia. O território é uma das áreas que Zelenski exige que seja desocupada como pré-requisito para iniciar quaisquer negociações de paz.

Folhapress

Países iniciam retirada de cidadãos do Sudão

Europa, China e Japão correram para retirar seus cidadãos de Cartum nesta segunda-feira e milhares de pessoas aproveitaram uma aparente calma nos combates entre o Exército e uma força paramilitar nos últimos dois dias para escapar do Sudão.

A súbita violência entre os militares e o bem armado grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF) em 15 de abril desencadeou uma crise humanitária e matou 427 pessoas, disseram agências da ONU. Outros têm manifestado medo à medida que os confrontos se espalham por áreas residenciais.

Países, incluindo Estados do Golfo e a Rússia, estavam tentando retirar os cidadãos na segunda-feira, e houve um êxodo crescente para os vizinhos do Sudão, incluindo 10

mil pessoas que fugiram para o Sudão do Sul, apesar da instabilidade crônica do país.

O Brasil também iniciou a retirada de seus cidadãos do país africano. O Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, informou que 16 brasileiros, entre eles, jogadores do clube de futebol Al-Merrikh, estavam em Cartum quando o conflito armado despontou. Segundo a pasta, 15 dos brasileiros deixaram a capital sudanesa em diferentes “operações de evacuação”.

Junto com milhões de sudaneses sem acesso a serviços básicos, diplomatas estrangeiros, trabalhadores humanitários, estudantes e suas famílias se viram em uma zona de guerra na semana passada. A conectividade com a internet foi cortada na segunda-feira, informou o site Netblocks.

CNN



De olho na China, Austrália anuncia maior reforma militar desde a Segunda Guerra



A Austrália revelou uma mudança radical em seus gastos com defesa, anunciada como a revisão mais significativa de sua preparação militar desde a Segunda Guerra Mundial, mudando sua ênfase para capacidades ofensivas de longo alcance e construção de munições em território nacional.

Lançando a Revisão Estratégica de Defesa em Canberra, o primeiro-ministro Anthony Albanese disse que a estratégia de seu governo foi projetada para tornar a Austrália mais autossuficiente, mais preparada e mais segura.

“Não podemos cair em velhas suposições. Devemos construir e fortalecer nossa segurança procurando moldar o futuro em vez de esperar que o futuro nos molde”, disse Albanese.

A revisão examinou bilhões de dólares comprometidos pelo governo anterior e reavaliou seu valor contra ameaças percebidas, inclusive de uma China cada vez mais forte sob o líder Xi Jinping.

Embora a versão não confidencial do relatório não incluía avaliações confidenciais de ameaças específicas, observou que o maior aliado de defesa da Austrália, os Estados Unidos, “não é mais o líder

unipolar do Indo-Pacífico”.

“A afirmação de soberania da China sobre o Mar da China Meridional ameaça a ordem global baseada em regras no Indo-Pacífico de uma forma que afeta negativamente os interesses nacionais da Austrália”, disse a revisão.

O maior nível de risco estratégico que a Austrália enfrenta agora é a perspectiva de um grande conflito na região, acrescentou a revisão, sugerindo uma estratégia de maior autossuficiência combinada com relacionamentos mais fortes com seus aliados e potências-chave na região, incluindo Japão e Índia.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado aumenta projeção para crescimento da economia em 2023



A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu de 0,9% para 0,96%. A estimativa está no boletim Focus de ontem (24), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 1,41%. Em 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,7% e 1,8%, respectivamente.

A previsão para o Índi-

ce Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, também subiu, de 6,01% para 6,04% neste ano. Para 2024, a estimativa de inflação ficou em 4,18%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 4%, para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, a chance de a inflação oficial superar o teto

da meta em 2023 é de 83%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em março, a inflação desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de fevereiro, de 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Andreia Verdélio/ABR

STF pode decidir correção do FGTS nesta semana

O julgamento sobre a correção dos valores do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) no STF (Supremo Tribunal Federal) está previsto para ser retomado na quinta-feira (27) e pode ser concluído ainda nesta semana.

O julgamento da revisão do FGTS no STF foi suspenso na quinta-feira passada (20) pela ministra Rosa Weber após a apresentação dos votos de Luís Roberto Barroso e André Mendonça, que votaram a favor da mudança na correção do fundo.

Relator da ação que discute a revisão do FGTS, Barroso defendeu que o dinheiro dos trabalhadores no fundo deve ter pelo menos a remuneração da poupança. O ministro André Mendonça disse que reforçaria a tese de Barroso e acrescentou, em seu voto, que a TR é inconstitucional.

Hoje, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais a TR, que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da inflação, deixando de repor as perdas do trabalhador.

Pelas regras atuais, o trabalhador que recebe um salário mínimo, hoje em R\$ 1.302, e tem 8% dos rendimentos, ou R\$ 104,16, recolhidos para o FGTS, teria em um prazo de 10 anos um montante acumulado de R\$ 15.031, segundo cálculo feito pelo assessor de investimentos Michael Viriato, autor do blog De grão em grão.

Já se fosse adotado o mesmo índice de correção da nova caderneta de poupança de 6,17% ao ano, como defende o ministro Luís Roberto Barroso, o saldo acumulado chegaria a R\$ 16.413. São R\$ 1.400 a mais, ou 9,2% acima do resultado atual do fundo de garantia.

Folhapress



CMN simplifica sistema de pagamentos em moedas locais do Mercosul



Mecanismo que permite transações em moedas locais entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) foi simplificado e uniformizado. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta quinta-feira (20), uma resolução que barateia a utilização do sistema e amplia os tipos de instituições financeiras aptas a usar a ferramenta.

As instituições financeiras que operam o SML tiveram os procedimentos operacionais simplificados. Os mecanismos de controle das operações de crédito e do funcionamento do sistema foram padronizados. O CMN também autorizou que mais

instituições financeiras operem no SML, oferecendo-o como produto adicional aos clientes das instituições autorizadas a operar em câmbio.

“As atualizações têm potencial de promover a concorrência, reduzir o custo ao usuário final, melhorar a segurança, reduzir o tempo dos pagamentos, integrar o SML às inovações do sistema financeiro e contribuir para a eficiência supervisória do BC”, informou o órgão em nota.

Segundo o BC, a medida resultou de debate entre os técnicos do órgão, sem pedido do governo federal. “Não chegou nada para minha equipe”, disse o chefe-adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais do BC, Marcelo Aragão. Ele afirmou

que as novas regras tornaram mais atrativo para as instituições financeiras oferecer o SML nas transações entre os países do Mercosul.

Uma das principais mudanças, explicou Aragão, diz respeito à possibilidade de que todas as instituições que operam com câmbio possam fazer transações dentro do SML. Até agora, as transferências tinham de passar por uma “conta de liquidação”, que tinha um conceito confuso, segundo o técnico do BC.

Estabelecido por acordo entre os Bancos Centrais, o SML dispensa o contrato de câmbio e permite que uma das partes, geralmente o exportador, fixe o preço da mercadoria ou serviço na moeda de seu país.

Wellton Máximo/ABR

Publicidade Legal

Haddad minimiza críticas sobre falta de punição por descumprimento de metas do marco fiscal



O ministro Fernando Haddad, da Fazenda, minimizou as críticas feitas ao governo por conta do dispositivo da nova regra fiscal que exclui a penalização de gestores que não cumprirem metas fiscais. Ele concedeu entrevista a jornalistas na segunda-feira (24), em Brasília.

“Tenho ouvido a crítica, mas ninguém pune o Banco Central por não cumprir a meta de inflação. Você estabelece regras para tornar a gestão mais rígida, mas o resultado fiscal depende também do Congresso, do Supremo, não somente do Executivo. Esse julgamento do STJ na quarta pode mudar completamente o horizonte fis-

cal do país e não depende do Executivo”, disse o ministro.

O julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao qual o ministro se referia definirá se incentivos fiscais de ICMS integram a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Conforme a proposta de nova regra fiscal, os gastos do governo podem aumentar em 70% do crescimento das receitas, com limite inferior de crescimento de 0,6% e superior de 2,5% ao ano. O regime se propõe a atingir uma meta de trajetória do superávit primário de -0,5% do PIB em 2023, 0% do PIB em 2024, 0,5% do PIB em 2025

e 1,0% do PIB em 2026, com uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou menos.

No entanto, para atingir tais metas, a estimativa do próprio Ministério da Fazenda é de elevação da receita em cerca de R\$ 150 bilhões. O novo arcabouço fiscal foi enviado ao Congresso Nacional e a matéria já tem relator definido. A Lei de Responsabilidade Fiscal, vigente desde 2000, estabelece parâmetros a serem seguidos quanto ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios). As penas pelo não cumprimento das metas e limitações de gastos podem acarretar desde multas a cassação de mandato.

CNN

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial @datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site: datamercantil.com.br

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. (“Companhia”) a se reunirem às 09:00, do dia 28 de abril de 2023, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84994689394?pwd=M2s5S1NXcmFTblhCTDd4MTEtFm5kdz09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **c.** Reeleição dos membros da Diretoria; **d.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2023. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor (20, 21 e 25/04/2023)

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, a fim de deliberarem sobre: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) deliberar acerca da distribuição proventus, através de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) – referentes aos exercícios de 2022; c) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) eleger o Sr. **Rodrigo Casado Oliveira da Silva** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; b) reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de mais 1 ano; c) apresentar a composição do Conselho de Administração; d) alterar o endereço da sede administrativa inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0001-16 e com NIRE 35.300.117.441; e) alterar o endereço da filial localizada na cidade de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0004-69 e com NIRE 35.901.562.725; f) alterar o endereço da filial localizada na cidade de Itajaí inscrita no CNPJ nº 58.317.751/0015-11 e com NIRE 42.901.033.892 da Companhia; g) eleger o Sr. **Nicolas Bortoleto Oliveira**, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; h) reeleger os demais Diretores da Companhia por mais um ano; i) apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; j) aprovar a alteração do Artigo 13 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, alteração e/ou estabelecimento da alçada de aprovação de contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens e estabelecimento de deliberação sobre aumento de capital social; k) aprovar a alteração do Artigo 22 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes da Diretoria da Companhia, incluindo, alteração de alçada e/ou estabelecimento para a contratação de novos empréstimos; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens; l) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e m) a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as alterações realizadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 28 de abril de 2023. **Marilena Rodrigues Vasone** – Presidente do Conselho de Administração (20, 21 e 25/04/2023)

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda.

CNPJ/MF nº 04.204.567/0001-30 – NIRE 35.218.883.411

Edital de Convocação

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda. convoca os sócios para se reunirem em Reunião Extraordinária, que se realizará em 02/05/2023 às 10:00 horas, na Rua Ricardo Hildebrand, nº 336, Eroise, Leme-SP, para examinar, discutir e votar a seguinte Ordem do Dia: dissolução, liquidação e extinção da sociedade em decorrência de sua inatividade. **Egídio Osti Neto** – Sócio Administrador. Leme, 17/04/2023. (20, 21 e 25/04/2023)

Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A

CNPJ/MF nº 09.556.146/0001-92

Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S.A., convoca todos os seus membros e os acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 14h30, no seguinte endereço: **Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.912 – Sala 213, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP: 01451-907. A Pauta da reunião será a seguinte: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apresentação de contas e demonstrações contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Suspensão de direitos dos sócios remissos, nos termos do art. 120 da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse da Companhia. Os membros e os acionistas deverão estar presentes ou representados por meio de procuração, conforme as normas estatutárias. A participação na reunião pode ser feita por meio virtual, conforme autorizado pelo estatuto da organização. Os documentos referentes aos itens da pauta da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária estão disponíveis para consulta dos membros e os acionistas na sede da empresa, nos dias úteis, no horário comercial. São Paulo, 20/04/2023. **Sallen Viegas de Moraes** – CPF: 006.903.741-86 (20, 21 e 25/04/2023)**

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da FCBPC Holding S.A. a ser realizada em 5 de maio de 2023

Ficam convocados os Senhores Acionistas detentores de ações ordinárias da FCBPC Holding S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia”) na forma do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, bem como, nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”). A Assembleia será realizada, em primeira convocação, no dia 05 de maio de 2023, às 10h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, ou por videoconferência, por meio do link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 (“IN DREL 81/20”), nos termos do art. 124, § 2º A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(1) Em Sede de Assembleia Geral Ordinária: a)** tomar as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **b)** a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e **c)** a verba global da remuneração da administração da Companhia referente ao exercício social de 2023. **(2) Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária: d)** a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 200.000.000 (duzentas milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) por ação, fixado conforme o art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A. e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2023 (“Aumento de Capital Autorizado”); **e)** a alteração da redação do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital Autorizado. **Documentos para Participação da Assembleia. 1.1.** A Assembleia será realizada na modalidade semipresencial e os acionistas da Companhia poderão optar por participar da Assembleia por uma das seguintes formas: (i) pessoalmente ou por videoconferência; ou (ii) por procurador devidamente constituído. O acionista da Companhia que optar por participar da Assembleia pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove a sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. **1.2.** Os acionistas que optem por participar da Assembleia por videoconferência deverão, além de apresentar por e-mail os documentos indicados no item 1.1 acima, deverão informar por e-mail à Companhia para o endereço eletrônico juridico@souqista.com.br, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, em primeira convocação, seu interesse em participar da Assembleia por videoconferência. Os acionistas que não enviarem e-mail no prazo acima indicado estarão impossibilitados de participar da Assembleia por videoconferência. 1.2.1. A Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições acima. O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. **1.3.** Para os casos em que o acionista da Companhia opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item 1.1 acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. **1.4.** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. **1.5.** Os acionistas da Companhia deverão encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico juridico@souqista.com.br, os documentos comprobatórios mencionados nos itens acima, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização, em primeira convocação, da Assembleia. Não obstante os prazos para encaminhamento dos documentos de representação indicados nos itens acima, os acionistas da Companhia poderão participar presencialmente da Assembleia, desde que apresentem os documentos até o horário de início da Assembleia, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, nos termos da regulamentação aplicável. **1.6.** Para todos os efeitos legais, considerar-se-á presente na Assembleia o acionista que, pessoalmente, por videoconferência ou por meio de seu procurador, registre presencialmente sua presença na data e horário da Assembleia. **2. Documentos à disposição dos Acionistas. 2.1.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme aviso de acionistas publicado em 29 de março de 2023. São Paulo, 24 de abril de 2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 25 e 26/04/2023)

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 06 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 06/04/2023, às 9h, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do artigo 12, § 3º, do Estatuto Social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Kopel e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** os diretores presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: (i) Aprovar, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a prestação de garantias reais pela Companhia, mediante a celebração do contrato de cessão fiduciária (“Contrato de Cessão Fiduciária”), em que a Companhia figura como cedente, para fins de garantir o pagamento integral e tempestivo de 13,30% do Valor Nominal Unitário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), devidos pela CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC Brasil”) aos Debenturistas por força do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da CVC Brasil, celebrado em 29/03/2019, conforme aditado (“Escritura 4ª Emissão”) e do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CVC Brasil, celebrado em 21/01/2021, conforme aditado (“Escritura 5ª Emissão”), sem considerar, portanto, a Remuneração (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e outros custos ou encargos que possam ser devidos aos Debenturistas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) (“Obrigações Garantidas”). Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Companhia, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretroativo, de modo pro-solvendo, nos termos do artigo 66 B, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei nº 4.728, dos artigos 18 e 20 da Lei 9.514, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, do Decreto-Lei nº 911 e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 264, de 25/11/2022 (“Resolução BCB 264”), transfere e cede fiduciariamente às Cessionárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou restrições, com exceção dos ônus constituídos pelo Contrato de Cessão Fiduciária (os incisos abaixo, em conjunto, “Créditos Cedidos Fiduciariamente”): (a) Direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes de transações de compra e venda de bens e serviços já efetuadas, nesta data, ou que venham a ser efetuadas durante a vigência das Debêntures 4ª Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e das Debêntures 5ª Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), por meio de cartões de crédito, representados por unidade de recebíveis que atendam aos critérios de elegibilidade elencados na Cláusula 1.2 do Contrato de Cessão Fiduciária (“UBs”), que estarão identificados nos registros eletrônicos disponibilizados pelas Cessionárias junto a determinada central registradora a ser indicada pela CVC Brasil, desde que referida registradora observe a regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 4.734 de 27/06/2019, da Resolução BCB 264, incluindo, mas não se limitando, à convenção entre entidades registradoras (“Entidade Registradora”), em quantidade suficiente para manutenção do Montante da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas (“Recebíveis dos Cartões”), observado o disposto na Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária; (b) todos e quaisquer recursos que vierem a ser depositados em contas correntes a serem abertas e mantidas junto ao Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1111, 2º Andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 33.479.023/0001-80, na qualidade de banco depositário e administrador (“Banco Administrador”), de titularidade das Cedentes (em conjunto, “Contas Arrecadadoras”), no prazo de até 60 dias contados da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária nas quais transitarão obrigatoriamente os Recebíveis dos Cartões, bem como os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo recursos eventualmente em trânsito nas Contas Arrecadadoras, ou em compensação bancária, inclusive eventuais acréscimos ou valores, seja a que título for, incluindo, mas não se limitando a multa, juros e demais encargos a eles relacionados, líquidos de tarifas e comissões devidas (“Direitos das Contas Arrecadadoras”); e (c) todos os Investimentos Permitidos que sejam constituídos para formação de Cash Collateral (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária). (ii) Autorizar a diretoria da Companhia ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar perante qualquer entidade todos os atos necessários para a outorga da garantia real ora aprovada, incluindo, mas não se limitando à celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como celebrar aditamentos ao referido instrumento, registrar e averbar o Contrato de Cessão Fiduciária, podendo praticar todos os atos necessários para a sua perfeita eficácia. **5. Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião da Diretoria, da qual se lavrou a presente ata. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Santo André/SP, 06/04/2023. Mesa: Sr. Marcelo Kopel - Presidente, Sra. Julia Amadi Soares - Secretária. **JUCESP nº 148.686/23-0** em 18/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 30.914.898/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021
Circulante					Saldo em 31/12/2020		
Caixa e equivalentes de caixa	7.116	28.106	38.378	102.460	Saldo em 31/12/2020	200.001	187.471
Contas a receber	-	-	87.556	24.573	Lucro líquido do exercício	-	-
Ativo financeiro	-	-	125.965	111.250	Constituição de reserva legal	-	-
Dividendos a receber	15.453	26.544	-	-	Dividendos propostos	-	-
Impostos a recuperar	3.640	2.405	9.889	6.604	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Partes Relacionadas	-	-	-	-	Plano de outorga de ações	-	-
Outros ativos	32	187	870	1.104	Saldo em 31/12/2021	200.001	187.471
26.241	57.465	262.658	245.991		Saldo em 01º janeiro 2022	200.001	187.471
					Lucro líquido do exercício	-	-
Não circulante					Constituição de reserva legal	-	-
Ativo financeiro	-	-	600.532	545.270	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Contas a receber	-	-	-	37.900	Dividendos propostos	-	-
Impostos a recuperar	-	-	12.996	14.200	Plano de outorga de ações	-	-
Aplicações financeiras	-	-	10.867	8.901	Saldo em 31/12/2022	200.001	187.471
Outros ativos	90	26	624.955	606.889	Capital social	-	(12.530)
Investimentos	526.827	496.117	-	-	Integralizado	-	187.471
Imobilizado	834	212	3.871	3.298	Outorga de Ações	620	23.769
Intangível	8	111	289.546	320.668	Reserva de Lucros	620	23.769
527.669	496.440	293.417	323.966		Reserva de Lucros	-	107.145
Total do ativo	554.000	553.931	1.181.030	1.176.846	Outros passivos	-	31.000
					Passivo e Patrimônio líquido	-	620
					Capital social	187.471	187.471
					Reserva legal	29.126	29.126
					Reserva de lucros	263.060	217.719
					Outorga de ações	620	620
					Total do passivo e patrimônio líquido	554.000	553.931
						1.181.030	1.176.846

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida dos serviços prestados	8.957	5.295	377.549	305.250
Custo de serviço prestado	(1.793)	(1.037)	(117.934)	(95.716)
Lucro bruto	7.164	4.258	259.615	209.534
Recursos operacionais	(17.457)	(25.033)	(65.220)	(70.421)
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				
Resultado de equivalência patrimonial	121.891	96.821	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.323)	(6.333)	(5.814)	(5.674)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	105.275	69.713	188.581	133.439
Receita financeira	1.492	695	9.275	5.499
Despesa financeira	(30)	(554)	(45.972)	(29.302)
Resultado financeiro, líquido	1.462	141	(36.697)	(23.803)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	106.737	69.854	151.884	109.636
Corrente	(2.863)	-	(23.131)	(20.751)
Diferido	3.271	3.271	(21.608)	(15.760)
Lucro líquido do exercício	107.145	73.125	107.145	73.125
Resultado básico e diluído por ação	0,57	0,39	0,57	0,39

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	107.145	73.125	107.145	73.125
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	107.145	73.125	107.145	73.125

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional – A Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“Companhia”) ou “OPY Health”, foi constituída em 12/07/2018, com sua sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 1098, Sala 57, Edifício It Office, Itaim Bibi, São Paulo-SP, tendo como objeto social a gestão de ativos e participações societárias em outras sociedades no setor de saúde, hospitalar e laboratorial. O capital social inicial da Companhia, subscrito na data

2. OPY e suas controladas

	2022	2021
ONM Health S.A. (a)	100,00%	100,00%
OZN Health SPE S.A. (b)	100,00%	100,00%
OPY Serviços Hospitalares S.A. (c)	100,00%	-

Sintel Tecnologia e Informação S/A.
CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 – NIRE 35.300.459.750
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 03/04/2023

Data, Hora e Local: Aos 03/04/2023, às 10h00, em sua sede social, na Rua Manoel Coelho 676, Centro, São Caetano do Sul-SP. **Convocação:** Dispensada a Convocação, face à presença da totalidade dos acionistas. **Presença:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidência por Carlos Wagner dos Santos e Secretariada por José Antônio Costardi dos Santos. **Ordem do Dia Ordinária:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir, e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; (b) Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022. **Deliberações Ordinárias aprovadas por unanimidade de votos:** Aprovadas as contas apresentadas pelos administradores, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, cujas publicações foram realizadas em 28/03/2023. Aprovado o Resultado do exercício social supracitado. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 03/04/2023. Ass.: **Carlos Wagner dos Santos** – Presidente; **José Antônio Costardi dos Santos** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 147.083/23-0 em 14/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Caltabiana McLarty Participações S.A.
CNPJ/MF nº 07.133.841/0001-16 – NIRE 35.300.319.796
Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 02/05/2023 às 11 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022 e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. A Assembleia Geral Ordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Ordinária. O ambiente estará disponível para acesso em 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. Considerando a realização da Assembleia Geral Ordinária por meio virtual, os documentos a serem examinados serão encaminhados via correio eletrônico dos Acionistas no dia 24/04/2023. São Paulo, 20/04/2023. **Alessandro Portella Maia** – Diretor Presidente. (20, 21 e 25/04/2023)

Servgás Distribuidora de Gás S/A
CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81
Assbléiã Geral Ordinária – Convocação
Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 16 de Maio de 2.023, Terça-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2022. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 13 de Abril de 2.023. **Demétrio Augusto Zacharias** – Diretor Presidente (24, 25 e 26/04/2023)

Athena Saúde Brasil S.A.
CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14 – NIRE 35.300.522.681
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

O Conselho de Administração da Companhia vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), convocar os Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 28/04, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10/06/2020 (“IN DREI 81”), nos termos do art. 132, I, II e III, e do art. 289, § 3º, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (ii) deliberar sobre a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) fixação do número e reeleição dos membros do Conselho de Administração; (iv) deliberar sobre o aumento de capital global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31/12/2023; e (v) ratificar a alteração do jornal de grande circulação para a publicação dos atos societários e demais documentos do interesse social da Companhia. Para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ir@athenasaudelb.com.br, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais, acionistas, somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos relativos às matérias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 20/04/2023. **Ricardo Leonel Scavazza** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 25/04/2023)

Comcitrus S.A.
CNPJ/MF nº 58.578.006/0001-20 – NIRE 35.300.118.570
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convidados e convocados os senhores acionistas da Comcitrus S/A (“companhia”), a se reunirem em AGE, que será realizada no dia 05/05/2023, às 09hs, e em segunda chamada às 09hs e 30min, para deliberarem sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** a) Deliberar sobre a reforma do estatuto social da companhia; b) Outros assuntos de interesse da Companhia. Adicionalmente informamos que, por motivo de sua sede social não apresentar condições para reuniões, ambas a assembleia será realizada na **Al. Búzios, nº 182, CEP 14708-050, Jd. do Bosque, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.**, Bebedouro, 20/04/2023. **José Francisco de Fátima Santos**, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. (25, 26 e 27/04/23)

Azaleia Participações S.A.					
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 E 31/12/2021 (Valores expressos em Reais)					
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022		
ATIVO	61.679.086,41D	52.740.321,24D	61.679.086,41C 52.740.321,24C		
CIRCULANTE	844,98D	3.093.439,73D	LIQUIDO		
CAIXA	614,30D	103,80D	1.882,52C	3.092.958,34C	
CAIXA GERAL	102,80D	102,80D	3,92C	0,84C	
CAIXA	102,80D	102,80D	3,92C	0,84C	
Caixa	102,80D	102,80D	3,92C	0,84C	
BCOS.C/MOVIMENTO	10,01D	1,00D	0,16C	0,15C	
BCOS.C/MOVIMENTO	10,01D	1,00D			
Bco. Itaú S/A	10,01D	0,00			
Bco. Bradesco S/A	0,00	1,00D			
APLICAÇÕES FINANC.DE			1.878,60C	1.705,00C	
LIQUIDEZ Imediata	501,49D	0,00	OBRIG. SOCIAL		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	501,49D	0,00	1.878,60C	1.705,00C	
Banco Itaú S/A	501,49D	0,00	1.878,60C	1.705,00C	
OUTROS CREDITOS	230,68D	3.091.252,50D	1.878,60C	1.705,00C	
DIVIDENDOS A RECEBER	0,00	3.091.252,50D	0,00	3.091.252,50C	
DIVIDENDOS A RECEBER	0,00	3.091.252,50D	0,00	3.091.252,50C	
Santa Barbara Imóveis S.A.	0,00	3.091.252,50D	0,00	3.091.252,50C	
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	229,90D	0,00	CONTAS A PAGAR		
Antecipações	229,90D	0,00	0,00	3.091.252,50C	
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,78D	0,02D	0,00	3.091.252,50C	
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,78D	0,02D	0,00	3.091.252,50C	
IRRF s/ Aplicações Financeiras	0,78D	0,02D	0,00	3.091.252,50C	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	2.083,41D	0,00	3.091.252,50C	
APLIC. FINANC. COM REND. PÓS FIXADOS	0,00	2.083,41D	0,00	3.091.252,50C	
C.D.B.	0,00	2.083,41D	0,00	3.091.252,50C	
Bco. Bradesco S/A	0,00	2.083,41D	0,00	3.091.252,50C	
NÃO CIRCULANTE	61.678.241,43D	49.646.881,51D	NÃO CIRCULANTE		
INVESTIMENTOS	61.678.241,43D	49.646.881,51D	251.607,16C	159.607,16C	
INVESTIMENTOS	61.678.241,43D	49.646.881,51D	251.607,16C	159.607,16C	
CONTROL.E COLIGADAS -			EMPRESTIMOS E FINANCIAM.		
EQUIV. PATRIMON.	61.678.241,43D	49.646.881,51D	MENOS		
Agio s/Investimento - Santa Bárbara	0,00	2.288.075,99D	251.607,16C	159.607,16C	
Brumado Participações Ltda.	0,00	2.803.301,04D	251.607,16C	159.607,16C	
Triunfo Agropecuária Ltda.	0,00	23.194.505,80D	251.607,16C	159.607,16C	
Santa Bárbara Imóveis Ltda.	0,00	867.867,99D	251.607,16C	159.607,16C	
Agio s/Investimento - Brumado	0,00	1.650.817,31D	251.607,16C	159.607,16C	
Agio s/Investimento - Triunfo	0,00	18.842.313,38D	251.607,16C	159.607,16C	
Brumado Participações S.A.	4.098.155,66D	0,00	251.607,16C	159.607,16C	
Triunfo Agropecuária S.A.	54.593.736,70D	0,00	251.607,16C	159.607,16C	
Santa Bárbara Imóveis S.A.	2.986.349,07D	0,00	251.607,16C	159.607,16C	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE LUCROS		Reserva de Lucros	
AUTORIZADO		DE LUCROS		de Lucros	
Capital Social	26.865.777,00	Fundo para Aumento de Capital	0,63	1.285.661,54	21.336.316,57
Saldo em 31/12/2021	26.865.777,00	Reserva Legal	0,63	1.285.661,54	11.937.840,99
Resultado do Período	0,00				596.892,05
Reserva Legal	0,00				-596.892,05
Saldo em 31/12/2022	26.865.777,00				0,00
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO /2022.					
1- CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa tem por objeto social holdings de instituições não financeiras e aluguel de imóveis próprios.					
2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, observando a legislação comercial e fiscal.					
3- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas, tendo como forma de tributação o Lucro Presumido; b) A empresa não possui immobilizados em seus ativos; c) Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicáveis, pelos valores de juros e atualizações monetárias; d) Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias;					
e) A equivalência patrimonial foi calculada mediante a aplicação da percentagem da participação do contribuinte no capital da coligada ou controlada, sobre o valor de patrimônio líquido, dessa aplicação apuramos: - Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 12.556.917,52 referente a empresa Triunfo Agropecuária S.A., registrado no grupo Outras Receitas - Resultado Negativo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 169.594,91 referente a empresa Santa Barbara Imóveis S.A. e R\$ 355.962,69 referente a empresa Brumado Participações S.A., registrado no grupo Despesas Financeiras 4- CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 26.865.777,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais), representado por 26.865.777 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas.					

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,0589 / R\$ 5,0595 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0380 / R\$ 5,0400 *
Turismo - R\$ 5,1600 /
R\$ 5,2480
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,37%

OURO BM&F
R\$ 318

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,40%
Pontos: 103.946
Volume financeiro:
R\$ 19,774 bilhões
Majores altas: Pão de
Açúcar CBD ON (4,61%),
Raizen PN (3,86%), São
Martinho ON (3,14%)
Majores baixas: CSN
Mineração ON (-5,36%),
Braskem PNA (-4,34%),
Bradespar PN (-4,18%)
S&P 500 (Nova York):
0,09%

Dow Jones (Nova York):
0,2%
Nasdaq (Nova York):
-0,29%
CAC 40 (Paris): -0,04%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,11%
Financial 100 (Londres):
-0,02%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,1%
Hang Seng (Hong Kong):
-0,58%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,78%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -1,24%
Merval (Buenos Aires):
2,93%
IPC (México): 0,99%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Maio 2022: 0,47%
Junho 2022: 0,67%
Julho 2022: -0,68%
Agosto 2022: -0,36%
Setembro 2022: -0,29%
Outubro 2022: 0,59%
Novembro 2022: 0,41%
Dezembro 2022: 0,62%
Janeiro 2023: 0,53%
Fevereiro 2023: 0,84%

Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.					
BALANÇOS PATRIMONIAIS					
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022		
ATIVO	102.019	57.551	10.094		
Circulante	1.856	7.499	Capital social		
Caixa e equivalentes de caixa	48.342	21.787	10.094	2.399	241
Contas a receber	45.310	22.412			
Estoques	5.670	4.537			
Tributos a recuperar	841	1.316		(2.399)	
Créditos diversos	89.249	27.278	10.094		322
Não circulante	487	763	Reserva legal		
Partes relacionadas	223	351			
Depósitos judiciais	93	93			
Investimentos	14.597	7.689			
Imobilizado	58.193	13.465			
Intangível	15.656	4.917			
Direito de uso de arrendamento	191.268	84.829			
Total do ativo	191.268	84.829	Agio em transações de capital		
Passivo e patrimônio líquido	81.645	34.059	Reserva de lucros		
Circulante	50.586	22.117	Total		
Fornecedores	15.131	800	10.094	2.399	241
Empréstimos e financiamentos	4.604	2.264			
Obrigações trabalhistas	2.432	570			
Obrigações tributárias	117	3.036			
Partes relacionadas	1.711	516			
Adiantamento de clientes	2.598	3.011			
Arrendamento mercantil	4.466	1.745			
Contas a pagar	67.273	8.731			
Não circulante	45.274	1.428	Agio em transações de capital		
Empréstimos e financiamentos	472	692			
Obrigações tributárias	46	47			
Partes relacionadas	240	161			
Provisão para demandas judiciais	7.292	2.531			
Contas a pagar	13.949	3.872			
Arrendamento mercantil	42.350	42.039			
Patrimônio líquido	10.094	10.094	Resultado do exercício		
Capital social	361	322	398.395	204.320	
Reserva legal	(1.732)	(1.732)	(315.893)	(159.537)	
Agio em transações de capital	33.627	33.355	82.502	44.783	
Reserva de lucro	191.268	84.829			
Total do passivo e patrimônio líquido	191.268	84.829	Lucro antes das despesas e receitas financ.		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES					
Lucro líquido do exercício		30/06/2022		30/06/2021	
Outros resultados abrangentes		776	1.624	776	1.624
Resultado abrangente do exercício		776	1.624	776	1.624
Antonio Celso Dias Avelino - Presidente					
Priscila Monaco - Diretora Financeira					
Francisco Dantas de Medeiros - Contador					
CRC 1SP 136.925/O-3					
NOTAS EXPLICATIVAS					
A companhia, apresenta seus demonstrativos financeiros seguindo as normas contábeis geralmente aceitas, tendo por base a Lei 11.638/2007 e pronunciamentos subsequentes. Os resultados são auditados anualmente por auditoria independente a aprovados pelo seu Conselho de Administração. Notas do Balanço Patrimonial - Demonstração da Posição Financeira: A, B, C e F - Os saldos destas contas apresentaram variações relevantes em função do aumento de vendas oriundo de crescimento orgânico e por aquisição. D - A empresa realizou a aquisição e incorporação da empresa Vinhais Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ltda. Valor da empresa pago parcialmente sendo seu passivo remanescente registrado em Contas a Pagar. A empresa também registrou o ativo intangível de suas operações com proteínas. E - A empresa revisou, em função da aquisição, os cálculos de Arrendamento Mercantil (IFRS16). G - A empresa captou recursos no mercado financeiro a título de empréstimo para financiar aquisições e o crescimento de suas operações.					
DECLARAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Em 09 de fevereiro de 2023, a Baker Tilly 4Partners auditores Independentes S.S. expediu relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras da Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A. com base no ano findo em 30/06/2022. A Baker Tilly emitiu sua opinião com ressalva, em função do não reconhecimento do crédito tributário oriundo de uma posição favorável no trânsito em julgado sobre a exclusão de ICMS da base da apuração das contribuições PIS e COFINS no valor de R\$ 7,2 milhões. Este valor terá impacto positivo no resultado da empresa no ano fiscal que se encerrará em 30/06/2023. As demonstrações financeiras, bem como a opinião completa dos auditores independentes encontram-se disponíveis na versão digital deste jornal.					

Negócios

Motos elétricas: empresa constrói fábrica em Manaus e prevê faturamento de R\$ 69 milhões



No momento em que você lê essa matéria as peças das motos elétricas da Boram Eletric Motors cruzam os mares em direção à Zona Franca de Manaus, no Amazonas. Elas serão usadas para a primeira leva de 300 motocicletas que serão montadas na fábrica da empresa, prevista para ser inaugurada em julho deste ano.

A unidade já consumiu mais de 10 milhões em investimentos, valor dividido entre a estrutura fabril e a compra dos materiais para produção dos primeiros meses. O negócio nasceu em 2019 na capital amazônica pelas mãos dos empreendedores e irmãos Thiago e Hélio Freire como importação. Entre as vindas e

vindas da China, país de onde trazia os produtos variados como eletroeletrônicos, computadores, painéis solares e equipamentos de construção para o mercado brasileiro a partir da sua trade, a Freire Import, Thiago enxergou nas motos elétricas um potencial de negócio em meio à cruzada global por veículos sustentáveis. Com um fabricante local asiático, fechou uma primeira compra de 10 unidades – e vendeu. O irmão, profissional de TI e também conhecedor do ecossistema da Zona Franca, entrou no negócio e juntos investiram 7 milhões de reais. Ao longo dos últimos anos, os dois comercializaram mais de 1200 veículos em três estados da região norte: Amazonas, Rondônia e de Roraima, lo-

cais onde contam com 9 lojas, entre conceito e convencionais. No último ano, a empresa faturou R\$ 13 milhões oferecendo os cinco modelos do portfólio. Entre eles, scooter, moto cross e patinetes, com preços que ficam entre R\$14.750,00, da scooter, e R\$ 19.900,00, da new choper. A receita corresponde a uma taxa de crescimento de 225% em relação ao resultado obtido no ano anterior: 4 milhões.

A abertura da fábrica marca o novo momento do negócio em busca de uma expansão nacional. Com a montagem local e o uso de parte de componentes adquiridos de fornecedores nacionais, a operação terá uma redução “significativa de alguns impostos”, afirma Freire. Exame

Concessionárias de aeroportos querem renegociar R\$ 5 bi com governo



As concessionárias que administram seis dos aeroportos mais movimentados do país querem porque querem renegociar cerca de R\$ 5 bilhões em outorgas vincendas com descontos de até 10%, pagando o restante com precatórios.

A Anac já disse não, mas, segundo técnicos, ao menos três delas Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Confins (MG) ainda insistem.

Precatórios são títulos de dívidas da União com sentenças definitivas da Justiça que são pagos pelo Tesouro, respeitando uma fila.

No mercado, é comum uma empresa comprar ou vender esses papéis com descon-

A Gerdau quer dominar o mercado de grafeno – começando pelo Japão

Cinco anos atrás, a Gerdau começou a olhar para o mercado de grafeno como um movimento defensivo.

Na época, acreditava-se que o material – descoberto apenas 13 anos antes – poderia ser usado para fazer ligas leves que substituiriam o aço, ameaçando o ganha-pão da siderúrgica.

Depois de estudar a fundo o assunto, a gigante gaúcha percebeu que o risco de ‘disrupção’ era muito baixo, mas que o grafeno poderia ser usado para turbinar diversos produtos adjacentes a seu negócio, como tintas, concreto e plástico.

Assim nasceu a Gerdau Graphene, com o objetivo de desenvolver e comercializar produtos com grafeno em sua composição.

Agora, a Graphene acaba de fechar a maior parceria comercial de sua curta história de dois anos: um contrato com a Sumitomo para a distribuição de plásticos aditivados com grafeno no mercado japonês.

O produto que a Graphene vai vender no Japão

é uma combinação do chamado masterbatch (bolinhas de plástico concentrado que, depois de derretidas, moldam o plástico que a gente vê nas embalagens de shampoo, por exemplo) com um composto químico de grafeno.

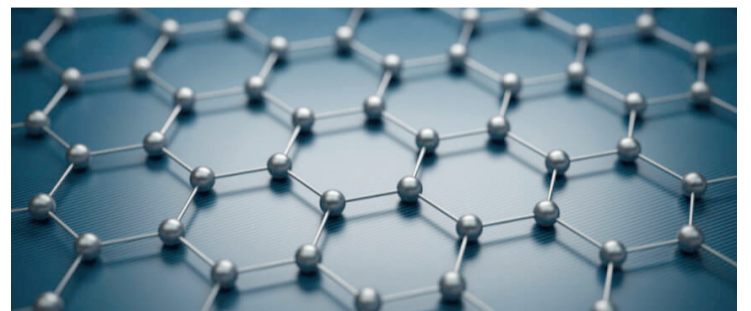
Ao acrescentar 0,5% de grafeno nesta mistura, é possível reduzir em 30% a quantidade de plástico usada.

“Isso gera uma economia no custo final do produto porque você produz um material mais fino,” o CEO da Graphene, Alexandre Corrêa, disse.

Além disso, há um ganho de produtividade.

As indústrias derretem o masterbatch para colocar no molde e fabricar o produto final. “Como o grafeno é um ótimo condutor térmico, percebemos que ele gera um ganho de produtividade de 7% a 8%, porque ele faz com que se chegue mais rápido no calor que precisa para derreter o plástico.”

Alexandre disse que isso é extremamente relevante na indústria de transformação porque as máquinas são muito caras. Brazil Journal



tos, que podem chegar a 30%.

Essas negociações ganharam força porque, no fim de 2021, uma emenda constitucional sancionada pelo Congresso permitiu o uso desses títulos em pagamento de compromissos de concessões (como a outorga), na compra de imóveis públicos em leilão, e na quitação de dívidas tributárias com a União.

Para as companhias, esse é um bom negócio porque, com os descontos na compra e venda dos precatórios, elas acabam desembolsando menos dinheiro na hora de quitar débitos com o governo.

Técnicos da Anac afirmam que as empresas que venceram as três primeiras rodadas de concessão estão

avaliando a renegociação com desconto: Inframérica, que administra os aeroportos de Brasília (DF) e Natal (RN); RIOGaleão (Galeão, RJ); GRU Airport (Guarulhos, SP); e BH Airport (Confins, MG). Ainda segundo eles, Guarulhos, Galeão e Confins seguem firmes na tentativa de obterem descontos de até 10% nos valores, caso antecipem pagamentos futuros desde que possam pagar a diferença com precatórios.

Na prática, com todos os descontos envolvidos nessa operação (da renegociação e dos títulos adquiridos no mercado), o valor devido pelas empresas poderia cair de R\$ 5 bilhões para R\$ 3,1 bilhões. Julio Wiziack/Folhapress